

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, a fase de Planejamento da Contratação terá início com o recebimento do Documento de Oficialização da Demanda pela Área de TIC. Este documento deverá ser elaborado pela Área Requisitante da solução.

Referência: Art. 10 da IN SGD/ME nº 01/2019.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante (Unidade/Setor/Depto):

Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização / DAFN

Responsável pela demanda:

Angela Maria de Oliveira

E-mail:

angela.oliveira@iti.gov.br

Matrícula/SIAPE:

3094051

Telefone:

3424-3870

2 – IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE REQUISITANTE

Nome:

Ângela Maria de Oliveira

Matrícula/SIAPE:

3094051

Cargo:

Diretora de Auditoria, Fiscalização e Normalização

Lotação:

DAFN/ITI

E-mail:

angela.oliveira@iti.gov.br

Telefone:

(61)3424-3870

Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE REQUISITANTE definidas na IN SGD/ME nº 1/2019, bem como da minha indicação para

3 – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

Necessidade de Contratação:

Serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS

ID	Objetivos Estratégicos
DI-1	Aperfeiçoar, simplificar e consolidar o processo de credenciamento
DI-2	Fortalecer a auditoria e a fiscalização, com foco no monitoramento, na prevenção e na melhoria da qualidade do serviço prestado

ALINHAMENTO AO PDTIC 2019-2020

ID	Ação do PDTIC	ID	
ACTI-12	Serviços de sustentação de sistemas	IET	IET - Índice de execução c
ACTI-15	Serviços de Fábrica de Software para execução de projetos por meio da metodologia Ágil	IET	IET - Índice de execução c

ALINHAMENTO AO PAC 2020

Item	Descrição
25852	Serviços de Fábrica de Software para execução de projetos por meio de metodologia ágil

4 – MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

De acordo com o Anexo I do Decreto nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017, compete ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação:

- I - executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil;*
- II - propor a revisão e a atualização das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil;*
- III - gerenciar os certificados das Autoridades Certificadoras - AC de nível imediatamente subsequente ao seu, incluindo emissão, expedição, distribuição e revogação desses certificados;*
- IV - gerenciar a lista de certificados emitidos, revogados e vencidos;*
- V - executar as atividades de fiscalização e de auditoria das AC, das Autoridades de Registro - AR e dos prestadores de serviços habilitados na ICP-Brasil, em conformidade com as diretrizes e as normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil;*
- VI - aplicar sanções e penalidades, na forma da lei; e*
- VII - credenciar as AC, as AR e os prestadores de serviço de suporte da ICP-Brasil.*

O exercício dessas atribuições envolve um crescente volume de informações, ainda mais se for considerada a constante expansão da ICP-Brasil, uma vez que diversas entidades nacionais buscam suprir a necessidade de interligar redes de comunicação do seu negócio por meios de tecnologias seguras.

Esses fatores, aliado à escassez de mão de obra especializada e qualificada, decorrente da ausência de quadro de pessoal próprio, pode levar o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI a um colapso nos controles organizacionais e gerenciais, comprometendo a organização e consequentemente a ICP-Brasil.

Essa situação demonstra necessidades maiores de gestão de serviços internos voltados para sustentação das atividades finalísticas e fortalecimento dos processos de trabalho do ITI, bem como o desenvolvimento de uma metodologia de gestão moderna com recursos administrativos e de tecnologia da informação.

Diante disso, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI vem passando por um processo permanente de modernização visando cada vez mais o seu aperfeiçoamento na prestação dos serviços a seus usuários internos e externos. Deste modo, a melhoria contínua relacionada ao seu ambiente tecnológico e ao atendimento especializado às diversas áreas funcionais do Instituto em especial às áreas fins se torna cada vez mais necessária.

Esse ambiente compreende soluções de TIC para apoiar tanto as atividades de auditoria e fiscalização quanto as atividades de operação da Infraestrutura de Chaves Públicas, bem como as administrativas.

À vista disso, algumas soluções de software foram desenvolvidas, no entanto, necessitam de melhorias, seja para alterações de funcionalidades decorrentes das mudanças nas regras de negócio do órgão, como também para atualização de tecnologia.

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI, frente a um desafio que extrapola a capacidade do quadro funcional existente, tem buscado transferir a realização operacional das atividades executivas para a iniciativa privada, direcionando esforços cada vez mais para o domínio intelectual dos processos envolvidos, planejamento, supervisão e controle da execução das atividades. Diretriz fundamentada no Decreto-Lei 200/1967, art. 10, §7 e no Decreto 2.271/1997, art. 1º.

Em 2014 foi realizada licitação (Pregão eletrônico Nº 01/2014) para contratação de fábrica de software e teve com escopo apenas as manutenções adaptativas, corretivas e evolutivas em diversos sistemas do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI. Desta licitação originou-se o contrato nº 27/2014 podendo ser prorrogado. No entanto, devido direcionamento estratégico estabelecido pela nova gestão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, novas necessidades foram identificadas, inclusive o desenvolvimento de novos sistemas e manutenções em sistemas não relacionados no

escopo do contrato atual. Além disso, faz-se necessário ajustes na forma de contratação desses serviços para que atenda a uma metodologia ágil de desenvolvimento de software.

Em virtude do exposto e alinhado ao Decreto nº 2.271 de 1997, Art. 1º do § 1º no qual é recomendado que as atividades operacionais dos serviços de TI sejam de preferência objeto de execução indireta, desobrigando os servidores da realização material das tarefas operacionais e, consequentemente, concentrando seus esforços nas tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle (gestão), torna-se necessária a contratação de empresa especializada para prestação desses serviços.

5 – RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- Garantir a continuidade dos serviços de aferição e validação de contagem de pontos de função;
- Garantir a impessoalidade e transparência no processo de medição e pagamentos dos serviços prestados;
- Remunerar os serviços prestados mediante resultados alcançados;
- Garantir a mensuração de custos dos projetos de desenvolvimento e manutenção de software, para a tomada de decisão de cada Gestor;
- Garantir que as metas de índice de execução de projetos de desenvolvimento de software sejam cumpridos
- Garantir que o índice de disponibilidade dos Serviços/Sistemas Corporativos Críticos sejam cumpridos

6 – FONTE DE RECURSOS

A fonte de recursos será informada pela área competente (COPOM) em seguida.

7 – IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE TÉCNICO

Nome:	Matrícula
Roney Carvalho dos Santos	227084
Cargo:	Lotação:
Analista em TI	COTIC
E-mail:	Telefone:
roney.carvalho@iti.gov.br	3424-388

Nome:	Matr
Marcos Antonio Benedeti	188
Cargo:	Lota
Analista em TI	CO1
E-mail:	Telef
marcos.benedeti@iti.gov.br	342

Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE TÉCNICO definidas na IN SGD/ME nº 1/2019, bem como da minha indicação para exer

JUSTIFICATIVA PARA ACUMULAÇÃO DE PAPÉIS (SE APLICÁVEL)

Não se aplica

JUSTIFICATIVA PARA A DESIGNAÇÃO DE DIRIGENTE DA ÁREA DE TIC (SE APLICÁVEL)

Não se aplica

ENCAMINHAMENTO

Encaminhe-se à autoridade competente da Área Administrativa, que deverá:

- I. Decidir motivadamente sobre o prosseguimento da contratação;
- II. Indicar o Integrante Administrativo para composição da Equipe de Planejamento da Contratação, quando da continuidade da contratação; e
- III. Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação, conforme exposto no inciso IV do art. 2º, e inciso III do §2º do art. 10.



Documento assinado eletronicamente por **Angela Maria de Oliveira, Diretora de Auditoria, Fiscalização e Normalização**, em 08/05/2020, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22566



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Benedeti, Analista em TI**, em 13/05/2020, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 39536203002344455770176610016



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Bimbato Rodrigues, Coordenador**, em 14/05/2020, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22850



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.iti.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0427611** e o código CRC **6D4A2429**.